

O ensino de contabilidade rural nos cursos superiores de Ciências Contábeis do Brasil

Recebimento dos originais: 22/10/2020
Aceitação para publicação: 14/01/2022

Marcos Donizeti da Silva

Mestrando em Ciências Contábeis e Atuariais (PUC-SP)
R. Monte Alegre, 984 - Perdizes, São Paulo - SP, 05014-901 - Brasil
E-mail: marcosdz@hotmail.com

Sergio Luiz de Oliveira

Mestre em Ciências Contábeis e Atuariais (PUC-SP)
R. Monte Alegre, 984 - Perdizes, São Paulo - SP, 05014-901 - Brasil
E-mail: sergio.pucsp@gmail.com

Suzana Rosa dos Santos

Mestranda em Ciências Contábeis e Atuariais (PUC-SP)
R. Monte Alegre, 984 - Perdizes, São Paulo - SP, 05014-901 - Brasil
E-mail: rs.suzana@hotmail.com

Fernando de Almeida Santos

Pós-doutor em Ciências Contábeis e Doutor em Ciências Sociais
Professor do Mestrado Profissional em Ciências Contábeis, Controladoria e Finanças da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
R. Monte Alegre, 984 - Perdizes, São Paulo - SP, 05014-901 - Brasil
E-mail: fernando@fernandoasantos.com.br

Resumo

Este artigo tem o objetivo de elaborar um levantamento de informações, junto aos cursos de Ciências Contábeis ofertados pelas IESs (Instituições de Ensino Superior), tanto públicas quanto privadas, no estado de São Paulo, com nível 5, segundo a avaliação do Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes), a fim de verificar quais conteúdos são ministrados sobre a Contabilidade Rural. A pesquisa exploratória, foi realizada por meio de levantamento das IES com pontuação 5 e verificação das matrizes curriculares, observando se continham a disciplina de Contabilidade Rural ou equivalente, ou seja, mesmo com outra denominação, além de verificar os conteúdos convergentes. Foi observado que dos 42 cursos de Ciências Contábeis no Brasil, com pontuação 5 no Enade, apenas 10 possuem disciplinas voltadas para a Contabilidade Rural, ou seja, 23,8 %, tendo variações regionais. A contribuição do artigo consiste em destacar a carência dos Cursos neste importante setor que possui especificidades muitas vezes desprezadas na formação dos profissionais e auxiliar na revisão dos projetos pedagógicos e na elaboração de políticas públicas.

Palavras-chave: Ciências Contábeis. Contabilidade Rural. Agronegócio.

1. Introdução

O desenvolvimento de conceitos e métodos visando o aprendizado da área contábil é

fundamental para ofertar ao mercado, profissionais com base teórica suficiente a fim de suprir a necessidade crescente de novas demandas e novas interpretações, ou seja, a busca por profissionais com visão crítica e conceitos éticos tem sido o objetivo de vários setores da economia e de grandes grupos econômicos. Mais relevante, ainda quando se trata deste segmento de mercado que impulsiona parte significativa da economia brasileira, e portanto, sendo ainda responsável por empregos diretos e indiretos.

Historicamente, as atividades rurais se resolvem de forma pragmática, com base no conhecimento desenvolvido ao longo das experiências ou, ainda, pelo esforço pessoal de cada profissional, que busca seu aprimoramento através de cursos de extensão ou específicos ofertados pelo mercado. Para ampliar a competitividade, o País não pode continuar formando muitos profissionais com apenas a experiência prática, é necessário que as instituições de ensino repensem seus cursos de graduação, principalmente o de Ciências Contábeis. Atualmente há 1.101 cursos de Ciências Contábeis ofertados no País, em 851 instituições.

Conforme verifica-se em matéria publicada no portal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em levantamento feito em abril de 2020, o Valor Bruto da Produção Agropecuária registrou um aumento de 8,6% em relação ao ano de 2019, perfazendo o valor total de R\$ 697 bilhões. A reportagem aponta ainda se tratar do maior valor registrado nos últimos 31 anos, de acordo com o estudo da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2020).

De acordo com a pesquisa DATASEBRAE, publicada com informações referentes à composição do PIB e seu comportamento ao longo do ano de 2019, o segmento da agropecuário representou 5,7%.

De modo geral, o que se observa no mercado, é que grandes corporações, sejam elas bancárias, comerciais ou industriais, são bastante desenvolvidas no que dizem respeito à estrutura financeira e contábil. Muitas vezes isso ocorre em virtude das obrigações oriundas de órgãos, exigências de usuários externos, como investidores, acionistas ou ainda potenciais clientes e fornecedores que buscam se relacionar com empresas que apresentam informações consistentes, muitas vezes derivadas de uma estrutura de informações aos usuários muito bem construídas. Nesse sentido, observando as atividades relacionadas ao setor rural, nota-se grande carência de profissionais, principalmente, de nível inicial, que tenham conhecimento acadêmico relacionado ao setor.

Assim, embora exista legislação e normatizações, a exemplo dos CPCs, já voltadas às atividades rurais, paira grande dúvida sobre os diversos aspectos que envolvem o desenvolvimento de controle, avaliações e indicadores, dentro do setor rural brasileiro.

As variáveis são diversas, já que o trato com recursos naturais - o produto in natura -, a terra traz uma gama de interferências aos processos, depreendendo análise de risco singular em comparação aos demais segmentos.

Logo, um fato que merece reflexão, é que muitas instituições de ensino oferecem conteúdos de Contabilidade e Gestão voltadas ao segmento e não há previsão nas diretrizes de contemplar ou exigir tais iniciativas.

Este artigo, portanto, se propõe a elaborar um levantamento de informações, junto aos cursos de Ciências Contábeis ofertados pelas IESs (Instituições de Ensino Superior), tanto públicas quanto privadas, no Brasil, com nível 5, segundo a avaliação do Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes), a fim de verificar quais conteúdos são ministrados sobre a temática. Desse modo, avalia-se o conteúdo da disciplina de Contabilidade Rural em suas várias vertentes, ou seja, agronegócio, contabilidade rural e contabilidade agrária.

2. Referencial Teórico

2.1. Formação dos cursos de Contabilidade no Brasil

Para Polato (2008), a criação e evolução do ensino da contabilidade no Brasil remonta as atividades realizadas pela escola de comércio da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, em São Paulo. De acordo com o autor, tais atividades educacionais, de forma estruturada, tiveram início no ano de 1902, cujo título do curso era Ensino Comercial. Assim, o ensino da contabilidade dá continuidade ao ensino comercial iniciado pela Escola de Comércio Álvares Penteado.

Segundo o autor, os relatos referentes à criação do ensino comercial na Álvares Penteado se vinculam a uma crescente demanda iniciada pelo contingente urbano, ou seja, a produção cafeeira, que naquela época mantinha a economia com grande força, traz aos centros urbanos, principalmente São Paulo, o desenvolvimento das atividades comerciais e serviços e ainda o crescimento da indústria. Ele destaca que, anterior à criação do curso comercial da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, várias ações nesse mesmo sentido ocorriam para a criação de um curso mirando as atividades comerciais no Brasil em outros estados. Vale mencionar o curso da Bahia, criado em 1846, denominado “Curso de Contabilidade por Partidas Dobradas e Geographia”. No ano de 1891, há o lançamento da pedra fundamental da Academia de Comércio de Juiz de Fora - MG, e, em 1899, foi fundada a Escola Prática de Comércio do Pará (POLATO, 2008).

Em São Paulo, anterior ao curso de ensino comercial da Álvares Penteado, havia sido

criado o curso Superior de Comércio do Mackenzie, no ano de 1886, também em virtude do crescimento do comércio cafeeiro de Santos e São Paulo. Contudo, Motoyama (2004) relata que posterior ao curso do Mackenzie, entre o período de 1894 e 1918, funcionou o curso da Escola Politécnica de São Paulo que dava o título de contador para os alunos que concluíssem o curso geral de um ano.

Nota-se aqui a busca pela criação do curso comercial em São Paulo pelo crescente movimento comercial, industrial e serviços, muito em virtude da demanda pelo processo agropecuário paulista, principalmente o cafeeiro.

A criação dos cursos mencionados acima antecede a regulamentação para a profissão, assim como para o curso de contabilidade (comercial) que, somente em 1931, através do decreto federal nº 20.158, de 30 de junho do mesmo ano, foi organizado o ensino comercial e também a regulamentação da profissão do contador no País. O decreto federal menciona, em seu art. 2º, a estrutura curricular do curso comercial, conforme transcrição:

Art. 2º O ensino comercial constará de um curso propedêutico e dos seguintes cursos técnicos: de secretário, guarda-livros, administrador-vendedor, atuário e de perito-contador e, ainda, de um curso superior de administração e finanças e de um curso elementar de auxiliar do comércio, compreendendo as seguintes disciplinas:

a) Curso propedêutico:

1) Português; 2) Francês; 3) Inglês; 4) Matemática; 5) Geografia; 6) Corografia do Brasil; 7) História da Civilização; 8) História do Brasil; 9) Noções de Física, Química e História Natural; 10) Caligrafia.

b) Cursos técnicos:

1) Datilografia; 2) Mecanografia; 3) Estenografia; 4) Desenho; 5) Francês comercial; 6) Inglês comercial; 7) Correspondência portuguesa, francesa e inglesa; 8) Geografia econômica; 9) Matemática comercial; 10) Matemática financeira; 11) Cálculo atuarial; 12) Estatística; 13) Economia política e finanças; 14) Seminário econômico; 15) Direito constitucional e civil; 16) Direito comercial; 17) Prática do processo civil e comercial; 18) Legislação fiscal; 19) Legislação de seguros; 20) Contabilidade (noções preliminares); 21) Contabilidade mercantil; 22) Contabilidade industrial e agrícola; 23) Contabilidade bancária; 24) Merceologia e tecnologia merceológica; 25) Técnica comercial e processos de propaganda; 26) História do comércio, indústria e agricultura; 27) Organização de escritórios.

c) Curso superior de administração e finanças:

1) Matemática financeira; 2) Geografia econômica; 3) Economia política; 4) Finanças e Economia bancária; 5) História econômica da América e fontes da riqueza nacional; 6) Direito constitucional e civil; 7) Direito internacional comercial; 8) Direito administrativo; 9) Direito industrial e operário; 10) Direito público internacional; 11) Política comercial e regime aduaneiro comparado; 12) Legislação consular; 13) Ciência da administração; 14) Contabilidade de transportes; 15) Contabilidade pública; 16) Psicologia, lógica e ética; 17) Sociologia.

d) Curso de auxiliar do comércio:

1) Caligrafia; 1) Datilografia; 3) Português; 4) Inglês; 5) Aritmética; 6) Contabilidade (noções preliminares); 7) Contabilidade mercantil. (BRASIL, 1931)

Verifica-se, pela estrutura demonstrada acima dentre as disciplinas que compõem os cursos técnicos, encontra-se a Contabilidade Industrial e Agrícola.

A criação do curso de Ciências Contábeis se deu através do decreto-lei 7.988, de 22 de setembro de 1945. Por meio desse decreto-lei, foi criado o curso de Ciências Contábeis e Atuariais, conferindo aos formandos o grau de Bacharel em Ciências Contábeis e Atuariais.

Com a criação do curso de Ciências Contábeis, grandes mudanças foram feitas na estrutura curricular anteriormente apresentada no curso comercial. No entanto, observa-se a manutenção do ensino da contabilidade agrícola, conforme art. 3º, no item Segunda Série.

De acordo com a Resolução 10 do Conselho Nacional de Educação (CNE), de 16 de dezembro de 2004, foi instituído as diretrizes curriculares para o curso de graduação em ciências contábeis. Da citada resolução, destacam-se, abaixo, as habilidades necessárias do profissional contábil, depois da obtenção de seu título de bacharel:

Art. 3º O curso de graduação em Ciências Contábeis deve ensejar condições para que o futuro contabilista seja capacitado a:

- I - compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização;
- II - apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas;
- III - revelar capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação.

Art. 4º O curso de graduação em Ciências Contábeis deve possibilitar formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

- I - utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais;
- II - demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;
- III - elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;
- IV - aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;
- V - desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;
- VI - exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante à sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;
- VII - desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítico analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação;
- VIII - exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais. (BRASIL, 2004)

Em tempos atuais, segundo pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2020), no ano de 2018 registrou-se o total de

52.857 alunos inscritos nos cursos de ciências contábeis em todo o Brasil, no total de 1.101 cursos de Contabilidade.

2.2. A relevância da contabilidade para o agronegócio brasileiro e para a sociedade

Na busca por justificar a importância da Contabilidade para o cenário brasileiro do agronegócio, para além dos argumentos já elencados na introdução deste estudo, é importante destacar, com base nas informações do mercado brasileiro do agro, sua importância em termos de impactos na geração de riquezas e sobre o PIB brasileiro.

Cabe ainda destacar o estudo encampado pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – que analisa dois cenários otimistas sobre o setor, um refere-se ao estudo do IBGE, que emite seu entendimento quanto ao crescimento previsto para o ano corrente no PIB do setor em 3,4%. Já o outro cenário mais otimista refere-se à Conab, que estima um crescimento de 4,1% no mesmo período. Tais percentuais mencionados dizem respeito à safra 2019/2020 e, conforme levantamento e diversos estudos elencados neste estudo é possível constatar uma crescente evolução do setor agropecuário, ora pelo aumento da produção em mesma área cultivada, ora pelo preço do produto agrícola e a crescente demanda por compras de produtos brasileiros pelo mercado externo.

Logo, o mercado brasileiro leva vantagem ainda em virtude do câmbio. O valor em contínua alta traz o benefício de uma balança comercial favorável e uma entrada de recursos estrangeiros no Brasil de forma bastante expressiva.

Como já informado, pode-se dizer que se trata de um segmento que espera o olhar de estudiosos, no sentido de buscar alternativas para melhores práticas administrativas, visando a aprimorar os controles, principalmente em virtude das variáveis imensas que envolvem o setor.

Ainda quanto ao crescimento e participação do negócio rural em cenários analisados sobre o PIB brasileiro, elaborou-se a Tabela 1, que traz dados referentes ao último levantamento emitido pelo IBGE demonstrando a importância do agronegócio para o Brasil. Essa tabela apresenta a importância do segmento rural e como ano a ano tem apresentado uma crescente de produtividade, repercutindo positivamente no cenário nacional.

Tabela 1: PIB do agronegócio no Estado e participação do Estado no PIB nacional

Estado	% Agro sobre PIB do Estado	Classificação no PIB Nacional	% participação PIB Nacional
Acre	9,6%	26°	0,2%
Alagoas	6,8%	20°	0,8%
Amapá	4,3%	25°	0,2%
Amazonas	6%	16°	1,4%
Bahia	21,1%	7°	4,1%
Ceará	5,6%	12°	2,2%
Distrito Federal	14,2%	8°	3,7%
Espírito Santo	30%	14°	1,7%
Goiás	10,4%	9°	2,9%
Maranhão	18,6%	17°	1,4%
Mato Grosso	50,5%	13°	1,9%
Mato Grosso do Sul	30%	15°	1,5%
Minas Gerais	36%	3°	8,8%
Pará	21,1%	11°	2,4%
Paraíba	22,5%	19°	0,9%
Paraná	33,9%	5°	6,4%
Pernambuco	21,2%	10°	2,8%
Piauí	9,4%	21°	0,7%
Rio de Janeiro	4%	2°	10,2%
Rio Grande do Norte	3,4%	18°	1%
Rio Grande do Sul	29,5%	4°	6,4%
Rondônia	14%	22°	0,7%
Roraima	3,8%	27°	0,2%
Santa Catarina	68,3%	6°	4,2%
São Paulo	20%	1°	32,2%
Sergipe	4,6%	23°	0,6%
Tocantins	13,5%	24°	0,5%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Diante dos números apresentados, verifica-se dentro de cada estado da federação a importância que o agronegócio representa para cada um. Destacam-se, na tabela acima, os seguintes estados, em ordem decrescente de participação: Santa Catarina, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná e Mato Grosso do Sul, representando no mínimo 30% do PIB de seus respectivos estados.

Verifica-se, também, além dos pontos já abordados, a complexidade de fatos envolvendo o setor agropecuário brasileiro, principalmente no que diz respeito às questões fiscais, por meio de inúmeros benefícios aos produtos agrícolas em geral. Além disso, cabe

ressaltar que o olhar para as questões contábeis se tornou maior e a complexidade dos controles foi consideravelmente aumentada pelo próprio processo de uniformização dos procedimentos contábeis e a edição de CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis). Nesse sentido, cabe aqui mencionar o CPC 29, IAS 41 que trata do Ativo biológico e produto agrícola. Além disso, é preciso ainda mencionar o CPC 46, Mensuração do valor justo.

Quanto à tributação sobre os produtos agrícolas, voltam-se os olhares nesse momento para o agro, principalmente nos projetos de reforma tributária que tramitam na Câmara e no Senado. Desse modo, apresenta-se a figura 1, demonstrando os efeitos das Propostas de Emenda Constitucional (PECs), caso sejam aprovadas.

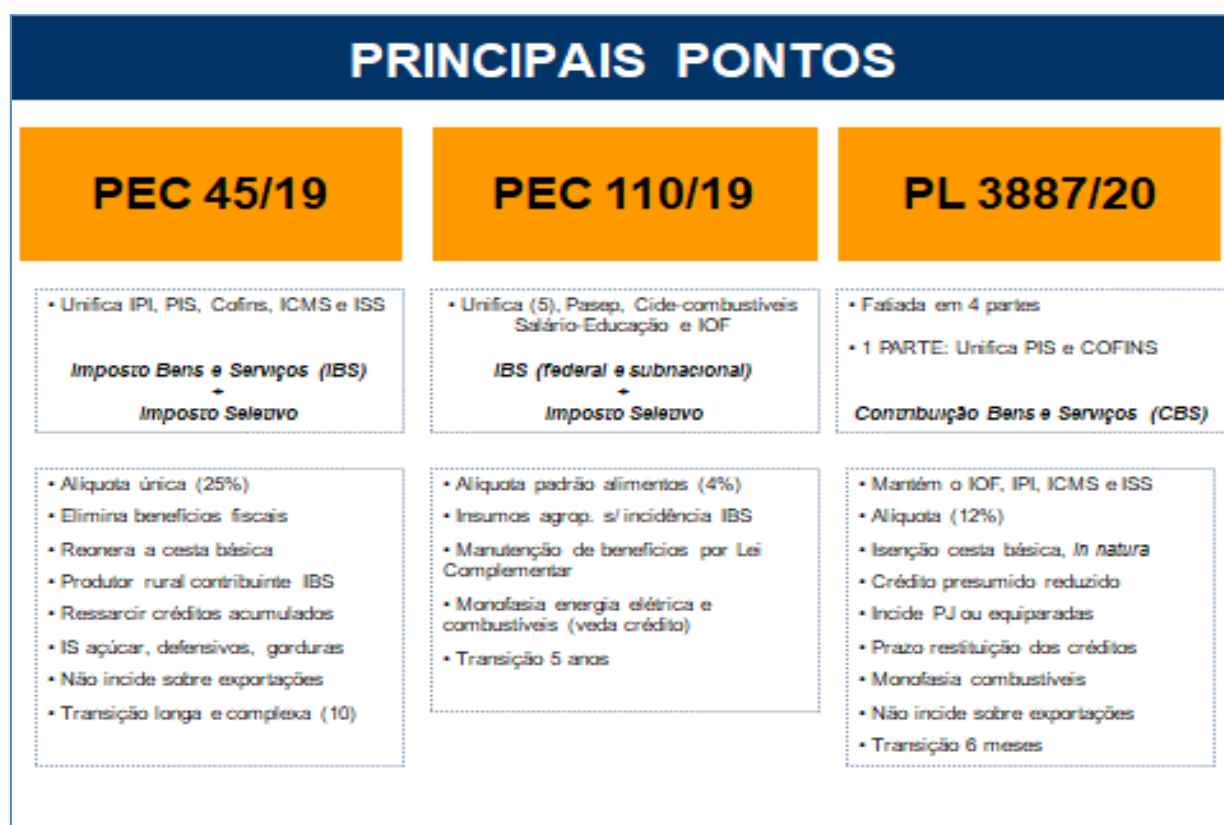


Figura 1 – Projetos de reforma tributária que tramitam na Câmara e no Senado.

Fonte: Departamento Econômico da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP, 2020).

Das PECs apresentadas, a que representa maior impacto negativo sobre o setor agropecuário é a PEC 45/19, conforme detalhamento exposto na Figura 2:

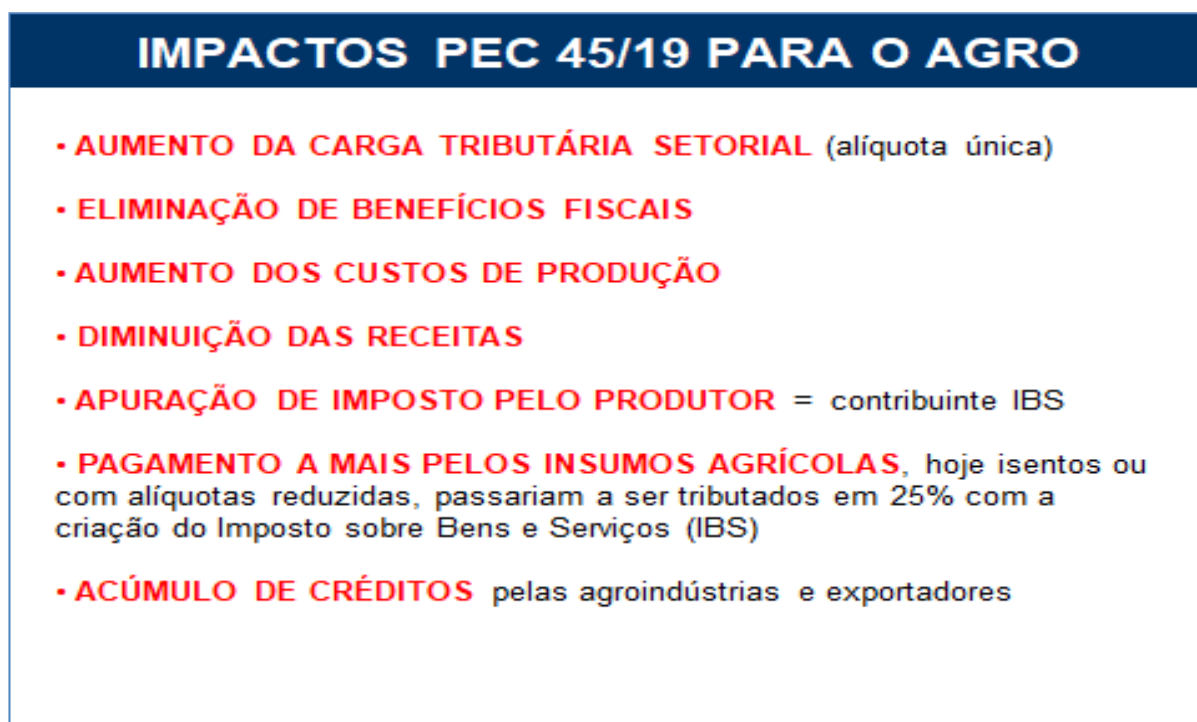


Figura 2 – Impactos da PEC 45/19 para o agronegócio

Fonte: Departamento Econômico da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP, 2020)

Diante dessas e outras questões, urge especial atenção sobre os aspectos gerenciais do negócio rural, devendo-se observar matérias fundamentais ao estudo na contabilidade, principalmente pelas especificidades do segmento, tais como a sazonalidade da produção rural, a geração de receita e seus registros de custo, tendo em vista que há produtos com sua produção única, e produtos com permanência.

Marion (2020) define as culturas temporárias, ou seja, sujeitas ao replantio após a colheita e as permanentes, que são aquelas que permanecem na terra após a colheita, para nova colheita. Denota-se com esta definição grande diferença de custeamento e possibilidade de retorno.

Ao tratar da forma de atuação, segundo Marion (2020), a atividade rural possui duas formas de exploração: pessoa física e pessoa jurídica. O autor destaca que a pessoa física é todo ser humano, cuja existência termine com a morte, e que pessoa jurídica é a união de indivíduos que formam uma nova pessoa, denominadas empresas.

Nessa linha, entende-se que o produtor rural pessoa física, muitas vezes, se reveste de uma desvantagem gigantesca perante pessoas jurídicas, já estruturadas e que têm a sua disposição os meios de desenvolvimento e maior controle de suas atividades.

2.3. A relevância do ensino superior inclusivo

A educação, de forma genérica, seja ela de ensino básico ou, ainda, superior, deve ter como premissa o atendimento às necessidades daqueles que a buscam, com esforço, acesso à formação, respeitando as diferenças culturais, sociais e individuais a fim de dirimir essas diferenças, levando ao atendimento de todos os que a buscam (SANTOS, 2003).

Segundo o Plano Nacional da Educação, editado no ano de 2000, a educação é elemento constitutivo da pessoa, devendo estar presente desde o momento em que ela nasce. Ainda de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº 9.394 – 20 dezembro 1996), em seu Capítulo IV, sobre a Educação Superior:

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (BRASIL, 1996)

2.4. Produções técnicas sobre o tema

A relevância do assunto “Contabilidade Rural” não tem sua importância destacada somente para o mundo acadêmico, como é de se supor, mas para a economia de modo geral.

Sabe-se, como já foi tratado, da importância do ensino da contabilidade para a formação de especialistas com o objetivo de que estes atuem nesse forte mercado que representa a economia brasileira.

Nesse cenário, sabendo-se tratar de um país com forte vocação agrícola e força produtiva, além dos impactos sobre a balança comercial brasileira, trabalhos voltados a essa área precisam ser intensamente produzidos, a fim de reforçar o entendimento da necessidade

de melhoria contínua dos conteúdos ensinados nas escolas de contabilidade. A seguir, apresenta-se o Quadro 1 com pesquisas relevantes sobre a temática:

Quadro 1: Pesquisas relevantes sobre a temática

Trabalho	Autores	Objeto	no
Uma análise da disciplina contabilidade rural nos cursos de Ciências Contábeis das instituições de ensino superior de João Pessoa - PB	FERREIRA, Danúbia Leite; DO CARMO, José Eronildo Barbosa; LUCENA, Wenner Gláucio Lopes.	Analisar a metodologia de ensino da disciplina de contabilidade rural, nas escolas de Ciências Contábeis de João Pessoa - PB, de 7 universidades.	009
Conhecimentos sobre particularidades da contabilidade rural: um estudo exploratório com contadores da Região Metropolitana de Recife	COSTA, Maristela Santos da; LIBONATI, Jeronymo José; RODRIGUES, Raimundo Nonato.	Evidenciar o nível de conhecimento dos profissionais contadores da Região Metropolitana do Recife, quanto as questões relacionadas a da Contabilidade Rural. Para tanto efetuou pesquisa no curso de Pós-graduação da UFPE.	004
O perfil da disciplina contabilidade rural nas universidades federais brasileiras: uma análise após adoção do CPC 29/IAS 41	RODRIGUES, T. S.; OLIVEIRA, Deyvison de Lima; SOUZA, José Arilson; RAMOS, Elder Gomes.	Analisar o perfil da disciplina de Contabilidade Rural nas universidades federais brasileiras, entre 2015 e 2016, tendo em vista as mudanças impostas pela edição do CPC 29/IAS 41 e seu impacto sobre o conteúdo ensinado.	017
Um estudo sobre a relação das disciplinas dos cursos de graduação em Ciências Contábeis com os setores econômicos dos arranjos produtivos locais nas regiões Sul e Sudeste do Brasil.	SILVA, Andrea Bispo da <i>ET al.</i>	Analisar a relação entre a grade curricular dos cursos de graduação em Ciências Contábeis das universidades estaduais das regiões sul e sudeste do Brasil e os setores econômicos regionais, comparando as disciplinas oferecidas pelas universidades e os setores econômicos dos Arranjos Produtivos Locais das regiões.	013

Fonte: Elaborado pelos autores.

A fim de discutir mais detidamente os artigos destacados no quadro acima, verifica-se que, no estudo intitulado “Uma análise da disciplina Contabilidade Rural nos cursos de Ciências Contábeis das instituições de ensino superior de João Pessoa - PB”, a situação preocupante neste estudo, ainda que regionalizado, da situação das universidades diante do ensino da contabilidade rural. Verifica-se que 43% das universidades pesquisadas não apresentam disciplinas ou conteúdos relacionados ao setor rural.

No artigo intitulado “O perfil da disciplina Contabilidade Rural nas universidades federais brasileiras: uma análise após adoção do CPC 29/IAS 41”, tratando de um assunto de extrema relevância para o setor rural, realiza-se uma pesquisa em quarenta universidades federais, verificando-se que somente em 30% das universidades pesquisadas há informações acerca do assunto-pauta do artigo.

Quanto ao artigo “Conhecimentos sobre particularidades da contabilidade rural: um estudo exploratório com contadores da Região Metropolitana de Recife”, verificou-se que o conhecimento dos profissionais que responderam à pesquisa é mínimo, tendo em vista a manifestação de 91% dos pesquisados que manifestaram insatisfação com seus conhecimentos sobre a matéria. A afirmativa foi reforçada, tendo em vista que somente 6% dos pesquisados acertaram mais de 60% das respostas.

Por fim, verifica-se, no artigo “Um estudo sobre a relação das disciplinas dos cursos de graduação em Ciências Contábeis com os setores econômicos dos arranjos produtivos locais nas regiões Sul e Sudeste do Brasil”, que há muito a se fazer em relação à composição das disciplinas, uma vez que esse estudo constata o fato de não ser observada as peculiaridades regionais.

2.5. Proposta pedagógica ao CFC – Conselho Federal de Contabilidade

Os levantamentos obtidos, nesta pesquisa, fora os aspectos já destacados anteriormente, identificaram que a portaria nº 40, em seu art. 32 (BRASIL, 2007), não tem sido cumprida em sua integralidade pelas IESs ou, quando cumprida, não é possível encontrar disponíveis ou de fácil acesso, o que pode ser observado a partir do detalhamento da pesquisa apresentado na metodologia a seguir.

Com o intuito de propor um denominador comum quanto às matrizes curriculares das diversas IESs do Brasil, a Fundação Brasileira de Contabilidade publicou, em 2017, proposta de uma “Matriz Curricular para Cursos de Ciências Contábeis” – 1ª Edição. Dentre o

conteúdo abordado, a referida obra traz a proposta para a disciplina “Contabilidade Aplicada ao Agronegócio” com ementa, objetivo e conteúdo programático, assim como sugestões de referências bibliográficas.

A ementa proposta, que traz de forma sintética os aspectos importantes da disciplina, sintetiza de forma atualizada o que o mercado do agro vem trabalhando. Tal fundamentação está alinhada no trabalho publicado pela Universidade Federal do Espírito Santo, intitulado “Diretrizes para Elaboração de Projeto Pedagógico de Curso – PPC”, no qual se destaca:

Sugere-se que as ementas sejam construídas com foco nos conceitos a serem trabalhados na disciplina e/ou nas habilidades a serem desenvolvidas. Construir ementas menos ou não conteudísticas ajuda na flexibilidade de organização de conteúdos, o que pode ser bem adequado tendo em vista as rápidas mudanças operadas nas ciências com repercussões práticas importantes a serem observadas para a formação do futuro profissional. (UFES, 2016)

Embora seja observada a indicação na proposta para a inclusão da disciplina no currículo, verifica-se também que tal disciplina se encontra listada na página 53, no referido projeto, como disciplina optativa. Fato que desperta atenção e a necessidade de revisão, tendo em vista os aspectos de mercado já elencados, levando a crer que tal disciplina tem campo e conteúdo para sua inclusão na lista das disciplinas obrigatórias.

Na ocasião, tal estudo foi encaminhado ao CFC para avaliação, o qual, não divulgou parecer público até o final da elaboração deste estudo.

3. Metodologia

Foi realizada uma pesquisa exploratória qualitativa. A pesquisa teve as seguintes etapas:

a) Pesquisa bibliográfica:

A pesquisa bibliográfica foi suporte para a pesquisa e teve, entre outros aspectos, o propósito de descrever o cenário nacional identificando a necessidade da abordagem dos conteúdos nas universidades, além de resgatar pesquisas anteriores.

b) Levantamento das grades curriculares dos cursos de Contabilidade que foram avaliadas com conceito 5 no País, com base no banco de dados do Enade:

O Censo apresenta 851 IESs com ofertas de cursos de Ciências Contábeis em todo o Brasil. Independentemente da pontuação obtida por algumas destas ofertarem o curso em mais de uma unidade, foram totalizados 1.101 registros de cursos de Ciências Contábeis ofertados. Esse número contempla, inclusive, aquelas instituições “Sem Classificação (SC)”. Nesse universo foram identificadas 42 IESs que obtiveram classificação 5 no Enade - 2018, o que

representa 3,8% do total de cursos ofertados no País, conforme demonstrado na Tabela 2:

Tabela 2: Cursos de Ciências Contábeis

CI assif.	Qtde IES	% Distr.
5	42	3,8
4	161	14,6
3	660	60,0
2	131	11,9
1	40	3,6
SC	67	6,1
To tal	1.101	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa.

c) Verificação das grades:

Além do mencionado, foi avaliado o conteúdo ensinado na disciplina, quando disponibilizado pela IES e, caso esteja sendo aplicada, o seu alinhamento às práticas necessárias às atividades rurais e às exigências e aos normativos existentes.

Como extensão deste artigo, tendo em vista estar sendo avaliado o conteúdo da disciplina, foi possível analisar o currículo total ensinado nas escolas pesquisadas, traçando uma comparação das disciplinas e conteúdos e se há similaridade dos conteúdos ensinados em cada uma dessas escolas. No total, são 42 cursos em diversas universidades classificadas pelo Enade com avaliação 5, representando 3,8% do total de cursos ofertados pelas IESs no País.

Neste artigo, considerou-se que estava disponível o conteúdo de todas as instituições, fundamentando-se na Portaria do Ministério da Educação e Cultura, nº 40, art. 32, emitida em 12 de dezembro de 2007, que obriga a divulgação nas páginas eletrônicas das instituições. Observou-se, porém, que nem sempre essa era a realidade, logo, foram utilizadas as seguintes expressões para pesquisa: “contabilidade rural”, “*agrobusiness*”, “agronegócio”, “contabilidade rural” e “contabilidade agrária”. Essas formas foram combinadas com: “ementa”, “conteúdo programático”, “plano de ensino”, “plano de aula”, “disciplina”, “projeto pedagógico”, “curso” e “grade horária”. Em todas as buscas, continha “Ciências Contábeis” ou “Contabilidade”.

4. Resultados e Discussões

A realização do presente trabalho teve como base os dados do Censo e do Enade, de 2018, dos Cursos de Ciências Contábeis de todo o Brasil.

Pode-se perceber que a distribuição das IESs com pontuação 5 apresenta uma concentração maior nas regiões Sudeste e Sul, seguida pela Região Centro-Oeste e Nordeste, ficando em última classificação a Região Norte, observado na Tabela 3:

Tabela 3: Distribuição por estado/região

UF	QT	%	P
DE. IES	DISTRIB.	OSIÇÃO	
ES	5	11,9	
RJ	3	7,1	
SP	8	19,0	
Sudeste Total –	16	38,0	1°
PR	5	11,9	
RS	5	11,9	
SC	3	7,1	
Sul Total –	13	30,9	2°
DF	2	4,8	
GO	3	7,1	
MS	1	2,4	
Centro-Oeste Total –	6	14,3	3°
BA	2	4,8	
CE	1	2,4	
MA	1	2,4	
PE	2	4,8	
Nordeste Total –	6	14,4	4°
RO	1	2,4	
Norte Total –	1	2,4	5°
Geral Total	42	100,0	

Fonte: Dados da Pesquisa.

Para alcançar o objetivo principal desta análise, a identificação das IESs com pontuação 5 no Enade - 2018, para os cursos de Ciências Contábeis, teve como foco verificar se, em suas matrizes curriculares, encontrava-se registrada a disciplina de Contabilidade Rural ou disciplina equivalente, mesmo com outra denominação.

O resultado desta pesquisa e o detalhamento das informações obtidas junto às IESs estão descritas no Quadro 2:

Quadro 2: IES e Matriz Curricular com Contabilidade Rural ou equivalente

N	IES – Instituição de Ensino Superior	F	Disciplina	arga Horária	em.	Modalidade	M
1	Centro Universitário Redentor	J	Contabilidade Agrícola e Pecuária	0h	°	AD	E
2	Fac. Brasileira – Multivix Vitória	S	Contabilidade Agropecuária ¹	0h	°	resencial	P
3	Fac. Capixaba da Serra – Multivix Serra	S	Contabilidade Agropecuária ¹	0h	°	resencial	P
4	Fac. Capixaba Nova Venécia – Multivix Nova Venécia	S	Contabilidade Agropecuária ¹	0h	°	resencial	P
5	Faculdade de Educação e Cultura de Vilhena	O	Contabilidade Rural	0h	°	resencial	P
6	Faculdade de Jussara	O	Contabilidade do Agronegócio	2h	°	resencial	P
7	Faculdade Venda Nova do Imigrante	S	Contabilidade do Agronegócio	0h	°	resencial	P
8	Universidade de Caxias do Sul	S	Contabilidade de Custos da Indústria ao Agronegócio	0h	°	resencial	P
9	Universidade de Rio Verde	O	Contabilidade para o Agronegócio	2h	°	resencial	P
10	Universidade Estadual de Maringá	R	Contabilidade de Agronegócios	8h	°	resencial	P

¹ Única disciplina disponibilizada pela IES em grade “Optativa”. As demais compõem a grade “Obrigatória”
 Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se, no quadro anterior, que a denominação da disciplina não segue uma padronização, com destaque para a IES – Universidade de Caxias do Sul, que apresenta a disciplina de Contabilidade de Custos da Indústria ao Agronegócio. Outro aspecto a ser observado, refere-se à carga horária (C.H.), com uma variação que chega a 100%, considerando uma carga mínima de 40h e uma máxima de 80h.

Destaque importante deve ser dado à disciplina de Contabilidade Agrícola e Pecuária da IES – Centro Universitário Redentor, cuja modalidade EAD atingiu pontuação 5 com 40h.

Pode-se observar, no quadro anterior, que as disciplinas são ministradas em semestres

distintos, sendo a maior evidência no oitavo semestre, em quatro IESs distintas. Tal fato denota a necessidade de uma melhor adequação, pelo MEC, das disciplinas relacionadas à contabilidade rural.

No quadro 3, ao se comparar as grades horárias e ementas das respectivas IESs, evidencia-se a necessidade de adequação dessas IESs à portaria 40, mais especificamente ao art. 32, já mencionados, conforme determinação do MEC, visto as respectivas IESs não disponibilizarem a ementa em ambiente de fácil acesso.

Quadro 3: Quadro comparativo das ementas

N	IES – Instituição de Ensino Superior	Denominação da Disciplina	Ementa
1	Centro Universitário Redentor	Contabilidade Agrícola e Pecuária	Campo de Atuação. Contab. Agrária e Contab. Pecuária. Conceitos Básicos, Fluxo Contábil, Depreciação, Amortização, Exaustão, Custos, Avaliação, I. Renda, Plano de Contas na Agropecuária, Fluxo de Caixa no Setor Rural
2	Fac. Brasileira – Multivix Vitória	Contabilidade Agropecuária ¹	- x -
3	Fac. Capixaba da Serra – Multivix Serra	Contabilidade Agropecuária ¹	- x -
4	Fac. Capixaba Nova Venécia – Multivix Nova Venécia	Contabilidade Agropecuária ¹	- x -
5	Faculdade de Educação e Cultura de Vilhena	Contabilidade Rural	- x -
6	Faculdade de Jussara	Contabilidade do Agronegócio	- x -
7	Faculdade Venda Nova do Imigrante	Contabilidade do Agronegócio	- x -
8	Universidade de Caxias do Sul	Contabilidade de Custos da Indústria ao Agronegócio	- x -
9	Universidade de Rio Verde	Contabilidade para o Agronegócio	- x -
10	Universidade Estadual de	Cont. de	Conceitos e

Maringá	Agronegócios	técnicas contábeis aplicáveis na geração de informações relativas às atividades do agronegócio Única instituição que disponibilizou os objetivos: Oportunizar aos alunos conhecimentos teóricos e práticos relacionados ao agronegócio, enfatizando a geração e utilização da informação contábil na gestão de empreendimentos rurais.
---------	--------------	---

¹ Única disciplina disponibilizada pela IES em grade “Optativa”. As demais compõem a grade “Obrigatória”
 Fonte: Dados da pesquisa.

Ao se distribuir as IESs pelas unidades da Federação, ou seja, por região onde estão localizadas, cujas matrizes curriculares possuem disciplinas de Contabilidade Rural ou equivalentes, a região que ganha destaque é a Sudeste, seguida pela Sul e posteriormente a Centro-Oeste.

Na Tabela 4, demonstra-se a distribuição das IESs com cursos de Ciências Contábeis no Brasil, por região, com destaque para aquelas com as disciplinas relacionadas ou equivalentes à Contabilidade Rural e sua representatividade tanto em relação aos cursos de Ciências Contábeis das IESs com pontuação 5 no ENADE – 2018 quanto ao total do curso.

Tabela 4: Distribuição por região/pontuação 5 Enade

UF	t. IES	Distr.	IE S – C. Rural	% Distr.	% Pontuação 5
ES		1,9	4	40, 0	9,5
RJ		,1	1	10, 0	2,4
SP		9,0	-	-	-
Total – Sudeste	6	8,0	5	50, 0	11,9
PR		1,9	1	10, 0	2,4
RS		1,9	1	10, 0	2,4

SC		,1	-	-	-
Total – Sul	3	0,9	2	20,0	4,8
DF		,8	-	-	-
GO		,1	2	20,0	4,7
MS		,4	-	-	-
Total – C. Oeste		4,3	2	20,0	4,7
BA		,8	-	-	-
CE		,4	-	-	-
MA		,4	-	-	-
PE		,8	-	-	-
Total – Nordeste		4,4	-	-	-
RO		,4	1	10,0	2,4
Total – Norte		,4	1	10,0	2,4
Total Geral	2	00,0	10	100,0	23,8

Fonte: Dados da Pesquisa.

Nesse contexto, ao observar-se a Tabela 1 e agrupar-se os dados por região, verifica-se que os estados da Região Sudeste têm percentual de participação no PIB nacional de 52,9%, seguidos pelos estados da Região Sul com 17,0%, dos estados da Região Nordeste com 14,5%. Tal distribuição e proporcionalidade, também, é percebida no Quadro 2, que apresenta IESs que ofertam a disciplina de Contabilidade Rural ou equivalente em suas grades, sendo cinco no Sudeste, duas no Sul e Centro-Oeste e uma no Norte.

Importante ressaltar que, apesar da pequena participação no PIB nacional de 1,7%, o estado do Espírito Santo abrange o maior número de IESs com Curso que contempla a disciplina de Contabilidade Rural ou equivalente, num total de 4 IESs com pontuação 5 no

Enade, mesmo sendo o estado que tem a menor representatividade na Região Sudeste.

De forma preocupante, a participação do agronegócio no PIB estadual não representa, necessariamente, que há por parte de alguma IES, com pontuação 5 no Enade, a disponibilização da disciplina de Contabilidade Rural ou equivalente, conforme se observa na Tabelas 5.

Tabela 5: PIB estadual versus IES com oferta da disciplina de Contabilidade Rural ou equivalente por estado

Estado	% Agron. PIB estadual	ES no Estado	% PIB estadual em relação ao Nacional	Região	IES na região
C	68,3 %	x -	4,2 %	SUL	2 (PR/RS)
R	33,9 %	(PR)	6,4 %	SUL	2 (PR/RS)
T	50,5 %	x -	1,9 %	Centro-Oeste	2 (GO)
G	36,0 %	x -	8,8 %	Sudeste	5 (ES/RJ)
P	20,0 %	x -	32,2 %	Sudeste	5 (ES/RJ)
E	21,2 %	x -	2,8 %	Nordeste	- x -
A	21,1 %	x -	2,4 %	Nordeste	1 (RO)

Fonte: Dados da Pesquisa.

Uma observação relevante é que apesar do referencial teórico demonstrar a importância da Contabilidade Agropecuária, embora as Normas Contábeis estejam mais complexas e específicas, as Diretrizes Curriculares Nacionais não obrigam e nem sugerem os cursos contemplarem tais conteúdos.

Estes aspectos são preocupantes para o País, pois é necessário formar profissionais para implantarem normas, assim como, para elaborar diretrizes internas instituições e até para elaboração de propostas de regulação. Também, é relevante formar profissionais da área para planejamento estratégico ou tributário e para revisarem ou criarem políticas instituições na área contábil agropecuária.

5. Considerações Finais

Com 1.101 cursos de Ciências Contábeis ofertados no Brasil, apenas 3,82% destes cursos distribuídos obtiveram nota 5 no Enade e foram objeto desta pesquisa. Estes totalizam 42 cursos de Ciências Contábeis no Brasil, sendo que apenas 10 possuem disciplinas voltadas para a Contabilidade Rural, ou seja, 23,8 % das instituições, conforme demonstrado na pesquisa.

Também, foi observado que, mesmo com pontuação 5 no Enade - 2018, somente 4 das 5 regiões apresentam disciplinas relacionadas à Contabilidade Rural, ficando a Região Nordeste sem cursos com que ofertam tais disciplinas. Um dos motivos desta falta de oferta, acredita-se ser, entre outros fatores, pela falta de docentes, pois a região tem forte atuação no agronegócio.

Ainda com relação à distribuição das disciplinas, depreende-se da análise a seguinte constatação de que somente 6 unidades da federação tem cursos de contabilidade que trazem em seu programa, disciplinas relacionadas à atividade rural, a fim de atender a demanda de profissionais a serem capacitados para as áreas agrícola e/ou pecuária no Brasil. Com isso percebe-se uma concentração de cursos relacionados nas regiões Sudeste (11,9%), Sul (4,8%) e Centro-Oeste (4,7%).

A comparação dos apontamentos acima com o expressivo volume e representatividade do agronegócio no Brasil (produção de R\$ 697 bilhões) demonstra uma necessidade urgente de posicionamento do MEC para apontar uma direção adequada aos cursos ministrados pelas IESs na área contábil, objetivando preparar adequadamente e, com maior número, profissionais capacitados para exercerem funções em empresas relacionadas ao agronegócio. Fato este evidenciado pela expressiva representatividade do PIB do estado de São Paulo frente ao PIB nacional, em 32,2%, com o PIB do agronegócio no estado em 20%, sem nenhuma IES com pontuação 5 no Enade - 2018 que ofereça a disciplina de Contabilidade Rural ou a ela equiparada.

Com especial destaque ao estado de São Paulo, entendendo-se tratar de estado que concentra grande esforço na pesquisa voltada ao agronegócio, com uma gama de instituições públicas e privadas voltadas à pesquisa de evolução agrícola e de estudos relacionados à produção no que tange as questões de custos e gestão e o aumento de cursos em universidades trariam expressivos ganhos ao setor.

Os estados de São Paulo, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Bahia e Pernambuco,

mesmo apresentando grande representatividade no setor agrícola brasileiro, não possuem cursos, que foram relacionados na pesquisa e que obtiveram nota 5 na avaliação, com disciplina de Contabilidade Rural ou qualquer outra disciplina equivalente.

O setor agrícola no Brasil, possui significado expressivo na economia e o incentivo para que os profissionais da contabilidade sejam preparados para o trabalho direcionado e bem estruturado neste setor e é de extrema importância.

Cabe ressaltar que tal adequação também passa pelo aspecto da inclusão social, visto se tratar de uma área com capacidade para absorção de profissional tecnicamente preparado, com enorme contingente disponível para ocupação de cargos e a necessidade crescente do aprimoramento desta mão de obra. Também, é necessária a formação de docentes na área, pois o agronegócio é muito relevante ao PIB brasileiro.

Neste estudo, também, constatou-se que as IESs podem melhorar e aprimorar as informações por meio da disponibilização integral nas páginas eletrônicas, de forma transparente e com fácil acesso das informações, caso atente à determinação legal instituída pelo art. 32 da portaria 40 de 12 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007), sendo esse o principal limitador da pesquisa.

Este estudo apontou a necessidade de adequação das IES às determinações do MEC para divulgação das informações e destacou a necessidade de inclusão de conteúdos de contabilidade rural nos cursos, considerando a relevância do setor, principalmente em regiões agrícolas. Cabe ressaltar, ainda, que isso abre caminho para que outras pesquisas possam ser realizadas, como o levantamento de todas as ementas dos cursos para análise.

6. Referências

BRASIL. INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. *95% dos cursos de ciências contábeis avaliados pelo Enade 2018 são presenciais*. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <[http://inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/95-dos-cursos-de-ciencias-contabeis-avaliados-pelo-enade-2018-sao-presenciais/21206#:~:text=Perfil%20do%20estudante%20E2%80%93%20Dos%2052.857,1%25\)%20em%20Institutos%20Federais](http://inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/95-dos-cursos-de-ciencias-contabeis-avaliados-pelo-enade-2018-sao-presenciais/21206#:~:text=Perfil%20do%20estudante%20E2%80%93%20Dos%2052.857,1%25)%20em%20Institutos%20Federais)>. Acesso em: 1 out. 2020.

BRASIL. IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Carta de Conjuntura*. 46 ed. 1º Trim. 2020. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2020/02/CC46-economia-Agr%C3%ADcola-Final-V.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2020.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394 – 20 dezembro 1996)*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso: 24 jun. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 – Linha de Base* Diretoria de Estudos Educacionais – DIREDE. Brasília, 2015. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/publicacoes/item/download/13_7101e1a36cda79f6c97341757dcc4d04>. Acesso em: 24 jun. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007*. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/condicoes_ensino/2007/Portaria_n40.pdf>. Acesso em: 2 out. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. *Valor da Produção Agropecuária é de R\$ 697 bilhões, o maior dos últimos 31 anos. Projeção VBP*, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/valor-da-producao-agropecuaria-e-de-r-697-bilhoes-o-maior-dos-ultimos-31-anos/>>. Acesso em: 25 maio 2020.

BRASIL. *Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf>. Acesso em: 1 out. 2020.

COPETTI, Thiago. Atividade Rural tem grande potencial para serviços contábeis. *Jornal do Comércio*, Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <<https://www.jornaldocomercio.com/ conteudo/2017/03/cadernos/jccontabilidade/554642-atividade-rural-tem-grande-potencial-para-servicos-contabeis.html>>. Acesso em: 1 abr. 2020.

COSTA, Maristela Santos da; LIBONATI, Jeronymo José; RODRIGUES, Raimundo Nonato. Conhecimentos Sobre Particularidades da Contabilidade Rural: um estudo exploratório com contadores da região metropolitana de Recife. *Contexto*, Porto Alegre: v. 4, n. 7, 2º sem. 2004.

CREPALDI, Silvio Aparecido. *Contabilidade rural: uma abordagem decisorial*. São Paulo: Atlas, 2012.

FAESP. Impactos Fiscais dos Projetos de Reforma Tributária. Apresentação realizada na Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo em 16 de setembro de 2020. São Paulo, 2020.

FERREIRA, Danúbia Leite; DO CARMO, José Eronildo Barbosa; LUCENA, Wenner Gláucio Lopes. Uma análise da disciplina contabilidade rural nos cursos de Ciências Contábeis das instituições de ensino superior de João Pessoa - PB. *Revista Tema*, Campina Grande v. 9, n. 13/14, jul. 2009.

MARION, José Carlos. *Contabilidade Rural*. Agrícola, Pecuária e Imposto de Renda. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2020.

MOTOYAMA, Shozo. *Escola Politécnica: 110 anos construindo o futuro*. São Paulo: EPUSP, 2004.

POLATO, Mauricio Fonseca. A Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap) e o ensino comercial em São Paulo (1902-1931). 2008. 99 f. *Dissertação* (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

RODRIGUES, T. S.; OLIVEIRA, Deyvison de Lima; SOUZA, José Arilson; RAMOS, Elder Gomes. O perfil da disciplina Contabilidade Rural nas universidades federais brasileiras: uma análise após adoção do CPC 29/IAS 41. In *Anais... CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS – Transparência, Corrupção e Fraudes*, 7. Florianópolis, set. 2017.

SANTOS, Monica Pereira. O papel do Ensino Superior na proposta de uma educação inclusiva. *Revista Movimento*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 78-91, maio 2003.

SEBRAE. *PIB de Comércio e Serviços*. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/pib-de-comercio-e-servicos/>, Acesso em: 1 out. 2020.

SILVA, Andrea Bispo da et al. Um estudo sobre a relação das disciplinas dos cursos de graduação em ciências contábeis com os setores econômicos dos arranjos produtivos locais nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. *Polêmica! Revista Eletrônica*, v. 13, n. 2, abr.-jun. 2014. Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/10615/8509>>. Acesso em: 1 out. 2020.

RIBEIRO, Carolina da Conceição et al. *A Contabilidade Rural no Processo de Gestão do Agronegócio*. Disponível em: <<http://avef.fasb.edu.br>>. Acesso em: 10 out. 2020.

SÃO PAULO. *Valor da Produção Agropecuária Paulista Regional: Resultado Final 2018*. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/TerTexto.php?codTexto=14613>>. Acesso em: 15 maio 2020.

SÃO PAULO. *Contabilidade do Agronegócio*. Disponível em: <<https://www.atenaeditora.com.br/wp-content/uploads/2018/09/E-book-Contabilidade-do-Agroneg%C3%B3cio.pdf>>. Acesso em: 1 out. 2020.

UFES – UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. *Diretrizes Para Elaboração de Projeto Pedagógico de Curso – PPC*. Vitória: Ufes, 2016. Disponível em: <http://prograd.ufes.br/sites/prograd.ufes.br/files/field/anexo/diretrizes_ppc_-_04-10-2016.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.